



seus colegas franceses, a uma proliferação imensa de formas de escritura histórica. A antiga unidade parece ter explodido para ceder lugar a uma pluralidade sem fim, visível sobretudo na produção histórica da França mas também saliente no mundo anglo-saxônico, a ponto de Mandelbaum escrever: “Esta diversidade tem sido tão aparente que encontramos muito poucos historiadores que façam uma tentativa séria para caracterizar de uma maneira cuidadosa ou precisa aquilo que é distintivo de sua disciplina” (p.4). Paul Veyne diz a mesma coisa de outra maneira: a História com maiúscula não existe mais; há apenas “histórias de...”

Mandelbaum, contudo, não se deixa submergir pela fragmentação e variedade dos estudos históricos atuais e concentra-se na distinção entre dois grandes tipos de história: a história geral, virada para a sociedade, e as histórias especiais, dirigidas para a cultura, analisando demoradamente estes dois termos, sociedade e cultura. Simplesmente na medida em que entende por “histórias especiais” as tradicionais histórias da literatura, da filosofia, da ciência, da arte, da religião, escapa deste modo à problemática levantada, por exemplo, pelos historiadores franceses que se dedicam à história do sentimento da morte, ou à história da criminalidade ou da sexualidade. No fundo Mandelbaum não se conforma com a fragmentação da pesquisa histórica, com a infinidade de objetos passíveis de serem abordados pelos historiadores e vê toda essa pulverização como o resultado de *escalas* diferentes. A metáfora cartográfica, também usada por Stephen Toulmin em *The Philosophy of Science*, serve a Mandelbaum para recuperar a unidade perdida, pois as várias obras históricas se completam, em vez de se oporem, uma vez que cada uma encara as sociedades passadas com uma escala própria.

O capítulo II da primeira parte apresenta, contra os defensores da “história narrativa” (Gallie, Danto, White), uma análise das formas de estrutura que se encontram nas obras históricas. Mesmo as mais tradicionais não seguem a estrutura linear e simples da narrativa; elas são apenas sequenciais, na terminologia de Mandelbaum. Contudo esta estrutura tradicional da obra histórica tem sido substituída por outras formas de organização do discurso: a forma explicativa e a forma interpretativa, analisadas neste capítulo.

A segunda parte, sobre o conceito de causalidade, examina em primeiro lugar as crenças causais na vida cotidiana, para analisar depois três problemas, dos muitos que surgem tradicionalmente na literatura filosófica sobre causas, necessidade e leis. Refere-se primeiramente à distinção entre “causas” e “condições” e às questões decorrentes de se rejeitar esta distinção; analisa em seguida de que maneira o conceito de causalidade está relacionado com o conceito de lei explicativa; e finalmente, em que sentido, ou sentidos, de “necessidade” se assume que a necessidade está presente nas relações causais. Estes dois capítulos da segunda parte, mais filosóficos, podem parecer à primeira vista desnecessários

num livro que se preocupa com o conhecimento histórico, mas, como o próprio Mandelbaum explica, não é possível compreender a maneira como os historiadores explicam a natureza e as conexões dos eventos sem primeiro destruir o postulado de que a relação causal é uma relação entre dois eventos separados e distintos, um dos quais, por si só, pode ser encarado como sendo causa do outro. Também não é possível compreender o papel, importante mas auxiliar, que desempenham as generalizações tipo leis (*lawlike*) em muitas explicações históricas, a menos que primeiro se tenha separado o conceito de causação do conceito de lei explicativa. Além disso, Mandelbaum considera importante distinguir entre a noção de “necessidade”, que os historiadores, tal como os leigos, muitas vezes usam, e a crença no determinismo. Portanto, só depois de dois capítulos gerais é que o autor aborda a questão da explicação histórica.

Depois de referir as posições de Michael Oakeshott (“a única explicação para a mudança, relevante ou possível em história, é simplesmente um relato completo da mudança), de Louis O. Mink (“o historiador lida com eventos complexos em termos de interrelações dos seus eventos constitutivos”), com as quais Mandelbaum em princípio concorda, o autor esclarece contudo que em alguns pontos as generalizações teóricas podem ser essenciais para a compreensão que o historiador tem das relações entre eventos. Destas generalizações, as mais familiares são as que dizem respeito à maneira como se espera que os seres humanos se comportem em vários tipos de situação, mas o problema reside no fato de que estas generalizações acerca do comportamento humano que aparecem nas explicações históricas não são leis claramente formuláveis, comparáveis às leis formuladas pelas ciências ditas mais avançadas. Embora se tenha desenvolvido uma ciência relativamente avançada da psicologia experimental em algumas áreas do comportamento humano, os resultados que se obtiveram nessas áreas não podem ser diretamente aplicados para explicar os tipos de ação com que o historiador lida, pois as condições iniciais relevantes para sua aplicação são desconhecidas em tais casos. Se as generalizações de que o historiador se serve não possuem o poder explicativo de suas equivalentes nas ciências exatas, pelo menos têm valor heurístico. “Na maior parte dos casos — escreve Mandelbaum — as generalizações efetivamente usadas pelos historiadores ao procurarem explicar a natureza da organização social e as mudanças nela ocorridas, baseiam-se no conhecimento de sua própria sociedade e de outras, e mesmo depois de estudar antropologia, sociologia, ciência política comparada, e muitas histórias, suas generalizações permanecem vagas em sua formulação; têm portanto mais um valor heurístico do que valor especificamente explicativo” (p. 123).

A terceira parte do livro é consagrada à análise do conceito de objetividade. Não há dúvida de que no campo dos estudos históricos se constata uma grande variedade nos materiais estudados e que os vários historiadores muitas vezes se propõem tarefas completamente diferentes quando lidam com estes materiais.

Deste modo, quando se levanta a questão de saber em que medida o conhecimento histórico pode ser objetivo e quais podem ser os limites dessa objetividade, não se deve esperar, diz Mandelbaum, uma resposta simples que se aplique igualmente a todos os tipos de investigação histórica.

Muitas controvérsias se levantaram acerca desta questão da objetividade, e algumas vezes eles se prolongaram desnecessariamente, devido ao fato de o conceito ser empregado principalmente com referência às condições em que um juízo foi emitido, e não com referência à verdade ou falsidade dos enunciados. Mandelbaum considera relevante para o problema do conhecimento histórico o seguinte sentido do conceito de objetividade: "O nosso conhecimento é objetivo se, e apenas se, for o caso de, quando duas pessoas emitem enunciados contraditórios acerca do mesmo assunto, pelo menos uma delas ter de estar errada" (p. 150). Torna-se portanto necessário mostrar em qualquer área particular do discurso, como é que se estabelece qual dos dois enunciados contraditórios está errado, ou aduzir razões para defender que ambos devem ser rejeitados. Assim, o problema da objetividade no conhecimento histórico transforma-se na questão de saber o que controla o trabalho dos historiadores. Estes têm que apresentar provas para os enunciados que emitem, mas este aspecto das obras históricas não é concretamente examinado por Mandelbaum em sua anatomia do conhecimento histórico, que termina com dois apêndices, um sobre Hume e a análise da causação, e outro sobre o livro de H. L. Hart e A. M. Honoré, *Causation in the Law* (Oxford: Clarendon Press, 1959).

Maria Beatriz Nizza da Silva

Departamento de História, Universidade de São Paulo